

A TERRA INDÍGENA E O MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO DISCURSIVO DO MOVIMENTO IDENTITÁRIO DO SUJEITO INDÍGENA A PARTIR DA CARTA DO CACIQUE SEATTLE

João Paulo Ferreira Tinoco
Mestre em Letras (UFMS)

RESUMO

Nosso objetivo foi estudar o processo de constituição identitária do indígena a partir do discurso do Cacique Seattle enunciado em 1854, sobretudo as possíveis representações de terra. Nosso estudo está fundamentado nas relações de saber/poder discutidas por Foucault (2012, 2014ab), sob a pluma da Análise do Discurso. Buscamos também conhecimentos a respeito da desconstrução de Derrida (2001), sob a visão discursivo-desconstrutivista de Guerra (2010, 2012); e a concepção de identidade por Bhabha (2013). Desejamos trazer o olhar e saberes do indígena quanto à terra e ao meio ambiente, a fim de desestabilizar os saberes hegemônicos. Formulamos a hipótese de que a Carta tem de ser examinada como um monumento, ou seja, uma Nova História. É possível dizer que o sujeito Seattle enfrenta preconceitos, sofrendo gestos de exclusão por não ser e pensar igual ao outro (“homem branco”), por isso busca no passado memórias que lhe podem trazer segurança momentânea.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente, análise discursivo-desconstrutivista, Carta do Cacique Seattle.

ABSTRACT

Our aim is to study the process of the building of indigenous identity departing from the Cacique Seattle’s discourse in 1854, especially the possible representations of land. Our study is based on the relation of knowledge/power discussed by Foucault (2012, 2014ab), under Discourse Analysis. We also bring conceptions related to deconstruction from Derrida (2001), under the discursive-deconstructive from Guerra (2010, 2012); and conceptions of identity from Bhabha (2013). We aim to bring the indigenous’ point of view and knowledge over the land and environment, in order to destabilize the hegemonic knowledge. Our hypothesis is that the Letter may be examined as a monument, in other words, a New History. It is possible to say that Seattle as a subject faces prejudice, suffering from exclusion for not being or thinking like others, that is the reason why the subject seeks memories in the past which may bring momentary safety.

KEYWORDS: Environment, discursive-deconstructive analysis, Chief Seattle’s Letter.

INTRODUÇÃO

O título deste trabalho alude à nossa pesquisa de mestrado (MACHADO 2016), na qual voltamos o olhar acerca do processo identitário do indígena constituído no interior das práticas de linguagem, lançando mão de que o processo identitário é permeado por tensões e conflitos que não são resolvidos em uma sociedade fundamentada em saberes dicotômicos: homem x natureza; colonizador x colonizado.

Desde a década de 80 do século XX, uma onda de movimentos sociais, no fio discursivo das relações de poder, aparelhos de resistência, vem paulatinamente agregando pessoas e inscrevendo-as em um apelo pelo direito humano, com o intuito de buscar, para os grupos, o direito que deveria ser praticado antes mesmo de surgirem requerimentos de ações, como dignidade e respeito, ação política decidida a lutar pelo ser humano em favor da igualdade, malograda ao longo da história. As reivindicações que são estabelecidas sustentam-se por meio de marcas indeléveis que o homem produz e que, sem demora, a história traça sustentando os seus relatos. São lembranças que tentam ser esquecidas, mas (re)lembradas por meio de novos acontecimentos, novas personagens, novos cenários... E velhos desejos de domínio hierarquizado.

Ainda em se tratando dos movimentos sociais, é possível examinar que modificações importantes houve desde o dia em que vozes emergiam (e ainda emergem) no/do silêncio, na/da ausência, em frente aos muros que tentam impedir a entrada de uma diferente aglomeração de pessoas em movimento. O vai e vem, a insurgência e rebeldia são o que produz a porção necessária para superar as perdas de direito e as impossibilidades. Os movimentos sociais estão sob essa ordem da ruptura, pois eles, construindo uma política da diferença, enfatizam as diferenças entre os grupos que são marginalizados.

Assim, a problemática que se instaura como desafio na contemporaneidade é propor uma nova forma de viver socialmente. Há, pois, uma tentativa de apagar o efeito de homogeneidade que é criado na sociedade ao trazermos à baila as dificuldades sociais que são vividas pelos grupos que estão à margem: pobres, favelados, negros, indígenas, homens e mulheres homoeróticos, sem-terra, sem-letra. São vozes que trazem recusa para aqueles que buscam manter uma ordem considerada adequada, a fim de criar uma coesão social.

Diante disso, por um viés diverso, temos por objetivo problematizar, por meio dum recorte discursivo, o processo identitário do indígena a partir do discurso da Carta do Cacique Seattle, reescrita por Ted Perry, mediante rastros linguístico-discursivos que (de)marcam pontos de diferenciação quanto à representação de terra (o respeito e cuidado da natureza e sua preservação) para o indígena e o “homem branco”. Partimos da hipótese de que a Carta do Cacique Seattle, Epístola, alcança novas margens ao transgredirmos, sob o ângulo desconstrutor, os limites da noção de gênero se propusermos a noção de monumento, sob a concepção foucaultiana. Ou seja, na qualidade de monumento, o estudo da Carta permite-nos rastrear os saberes, conhecimentos e posicionamentos que dão dimensão histórica, entre passado e presente, abordando temas não à maneira da história tradicional (linearidade cronológica) mas à maneira da História Nova (princípio da descontinuidade).

Desse modo, numa abordagem transdisciplinar, buscamos apreender alguns ditos do passado “que assombram o presente histórico” para assumirmos nossa responsabilidade de tentarmos mostrar nos discursos o que foi silenciado, bem como intervir na política da polaridade (BHABHA, 2013¹, p. 36). Para (ad)entrarmos nessa arena conflituosa, sob fios teóricos da Análise do Discurso (de origem francesa), buscamos fundamentar-nos nos estudos de Michel Foucault (2014, 2012) quanto às relações de saber e poder; nas noções

da obliquidade do viés discursivo-desconstrutivista de Guerra (2010, 2012); e concepções de identidade estudadas por Bhabha (2013). Vale ainda dizer que não se trata de tomar tais teorias em sua íntegra, mas “de puxar os fios de que necessitamos, para, com eles, tecermos a teia de nossa rede teórica, transformando, assim, esses fios, ao mesmo tempo em que nosso olhar é por eles transformado” (CORACINI, 2011, p. 166).

SOBRE A TEORIA: OS ESTUDOS DISCURSIVOS

A Análise do Discurso (AD) é uma área relativamente nova, sendo relacionada ao estudo do discurso e com a disciplina, que tomam o discurso como objeto de investigação ao analisar a relação da linguagem com a exterioridade. A AD que conhecemos atualmente, de origem francesa, passou por três épocas de reflexões para concretizar uma concepção teórica e metodológica de estudo.

Com o desejo de cotejar o rol dos pensamentos políticos que se debatiam à época (década de 60) e o ajudavam a refletir sobre o discurso, Michel Pêcheux empreendeu leituras de três importantes estudiosos: Althusser (releitura de Marx), Lacan (pela releitura feita de Freud), Foucault e Saussure.

As leituras de Althusser e suas releituras de Marx ajudaram Pêcheux na reflexão sobre o funcionamento da instância ideológica dos aparelhos ideológicos de Estado como posições político-ideológicas. Portanto, Althusser mostra, no bojo de seus estudos, que o indivíduo é interpelado em sujeito por meio de ideologias. Lacan, ao (re)ler Freud, fornece concepções importantes para Pêcheux sobre o sujeito, a saber, o sujeito cindido, clivado, o sujeito desejante. O historiador Michel Foucault, por seu turno, fornece um espaço fértil para Pêcheux pensar a respeito de algumas noções e manifestações do discurso. E, em se

tratando da releitura de Saussure, mobilizou as oposições língua/fala e sistema/sujeito falante.

A partir dessa discussão, podemos compreender o discurso como um curso em contínua produção, cuja articulação se dá a partir dos debates teóricos da linguística, do materialismo histórico e da teoria do discurso, sendo essas três regiões atravessadas pela teoria da subjetividade de cunho psicanalítico. Por sua característica institucionalizada e pluralizada, o discurso insere-se nos espaços e funções sociais, como, por exemplo, no discurso político, discurso religioso, discurso mediático, discurso científico.

A nossa expectativa, ao analisar o discurso corporificado na Carta do Cacique Seattle, é penetrar nas ilusões do sujeito, que é constituído pelo tecido histórico-social, com o intuito de “transcender, encontrar lacunas e tentar preenchê-las, captar nuances e desenvolvê-las” (MARTINS, 2002, p. 80), para que, dessa maneira, compreendamos as construções identitárias indígenas e como são representadas discursivamente no seio social (GUERRA, 2012).

Partimos do pressuposto de que a língua(gem) traz em seu bojo conflitos. Ela exhibe, em sua aparência, algo que já foi visto antes e que, ao mesmo tempo, camufla o que não quer ver desvelado ou que não pode sê-lo. A língua(gem), na esteira das abordagens discursivas, é postulada como algo opaco, mantendo relação com a cultura e a ideologia que a sociedade produz. A concepção que trazemos de ideologia neste trabalho é a mesma corroborada por Foucault e Pêcheux. Para este, a ideologia é compreendida como visão de mundo que o sujeito possui e que forma a sua realidade; para aquele, o conceito está ligado ao jogo discursivo em que pequenas batalhas são travadas pelo desejo de verdade. Tais concepções podem ser consideradas distintas, embora possuam alguns pontos em consonância. Tanto Pêcheux quanto Foucault tinham projetos epistemológicos em que o

discurso era tomado, a partir de relações sociais tensas, como meio analítico (GREGOLIN, 2004).

Segundo Bhabha (2013), o campo de enunciação revela um lugar onde a gama heterogênea de ideologias e valores socioculturais atravessam o interstício do processo constitutivo da identidade do sujeito. Esse entre-lugares é o local da contradição, dos conflitos que interagem (des)construindo diferentes identidades. Dito de outro modo, essa fronteira desestabilizadora permeada de conflitos, ambivalências e contradições faz que as diferenças ocasionem a possibilidade de emergir deslocamentos de sentidos, (re)significações e negociações.

Vale dizer que a busca por deslocamentos de sentidos é importante para pensarmos que a estabilidade deve ser sempre desestabilizada; que a desconstrução cunhada por Jacques Derrida (2001) não desfaz de tudo aquilo que foi construído. Ao contrário, a construção de outro saber inicia-se a partir da (des)construção, do (des)locamento ou (des)centramento de um saber constituído socialmente, isto é, que está em exercício, e cuja representação nós questionamos e perscrutamos nas fissuras e nos interstícios da língua(gem).

Tais reflexões levam à noção de sujeito como sujeito-efeito e efeito de língua(gem), que tem um traço de determinação constitutivo, concebido por uma existência histórica, capturado por uma “ilusão de que é livre para criar, para dizer, para atribuir seus sentidos” (FERREIRA, 2013, p. 128).

Ao enunciar, o sujeito marca sua posição por meio das escolhas lexicais, revelando sua subjetividade, que permeia as diferentes posições sociais que são desempenhadas pelos indivíduos em momentos diversos da vida, uma vez que esse sujeito se organiza por meio da história e culturalmente.

Destarte, o sujeito não fala por si, pois, ao inserir-se no discurso, como postula Coracini (2007), ele

busca palavras (que são suas e do outro) para se definir [...] É no exato momento em que ele se submete às expectativas do outro [...] que resvalam, cá e lá, fragmentos, fagulhas candentes da subjetividade que se diz: escapam representações, desejos, inconscientes e abafados, que se ateiam à menor oportunidade (p. 24).

E essa menor oportunidade é um discurso, isto é, uma descrição concisa da história em sua nudez (FERNANDES, 2012). E nessas condições, o sujeito ocuparia um lugar privilegiado, já que ele é capaz de (des)construir sentidos. Por meio da língua(gem), o sujeito, ao falar, representa o mundo ao mesmo tempo em que o uso dela o constitui.

Guiamo-nos também pelas concepções formuladas por Foucault (2014ab), que compreende o sujeito como disperso, descontínuo, capaz de “adquirir” muitas posições, ou seja, por atravessar várias posições, ele não assume os enunciados; ao contrário, são os enunciados que determinam o que pode e deve ser dito.

Na articulação dessas noções com o *corpus*, a nosso ver o sujeito Cacique Seattle, ao responder para o presidente quanto à venda de sua terra, não configura a origem do seu dizer e nem a fonte das operações dos possíveis significados que os enunciados da Carta de Seattle manifestam. O enunciador desse discurso desempenha o papel de organizador da língua(gem), ou seja, ele é um ser de língua(gem), e não um ser que possui língua(gem).

Para Foucault (2014a), o sujeito ocupa mais de uma posição, isto é, por ser disperso, sua função é vazia e preenchida por outras vozes que formulam o enunciado.

Os enunciados da carta que constituem o *corpus* deste artigo estão inscritos em uma ordem enunciativa específica, pois se trata de um conjunto de dizeres inseridos em uma Formação Discursiva (FD) que mobiliza o discurso indígena. Notamos que essa FD é atravessada por outras que se inscrevem em outros lugares, porém reaparecem sob a forma

de outras vozes já (re)conhecidas pelos sujeitos (o pré-construído), fornecendo outras significações para as sequências discursivas.

Para Foucault, o enunciado é constituído pela singularidade e repetição, considerando a dispersão e a regularidade dos sentidos que se produzem ao serem realizados: o enunciado é um acontecimento único do mesmo modo que todo acontecimento. Assim, os enunciados formam um conjunto ao se referirem a um mesmo e único objeto. Fiamos-nos no próprio interessado:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...]. (FOUCAULT, 2014a, p. 47)

Para Foucault, há regras que determinam uma FD e que são representadas por meio de um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Esses elementos dão características singulares à FD, o que possibilita a passagem da dispersão para a regularidade.

SOBRE A MATERIALIDADE ANALISADA: A CARTA DO CACIQUE SEATTLE

Temas relacionados às questões indígenas se fortalecem a cada dia, trazendo a lume a voz e os saberes indígenas mesmo quando a repressão e a resistência se fazem presentes com o intuito de abafá-los. Essa voz vigorizada pela injustiça se concretiza via discurso oficial, reivindicando e tomando posição ao constituir e representar, por meio da linguagem, seus trabalhos simbólicos, suas crenças, seus valores, a fim de tirar os véus da cegueira social e

revelar um povo que tem sido sujeitado “à dominação capitalista e colonial” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 13).

Tal como conhecemos historicamente, os indígenas, quer os que vivem no Brasil, quer aqueles que habitam em terras norte-americanas, não têm as mesmas representações quanto à natureza e à terra, pois acreditamos que os sujeitos são heterogêneos. No entanto, a terra não é, para os povos indígenas, uma simples extensão territorial, mas um espaço onde a vida cultural e política é construída e produzida.

Considerando que este estudo trata de um indígena residente que viveu e habitou no território norte-americano, da etnia Duwamish, cabe suscitar alguns conhecimentos quanto ao povo indígena dos Estados Unidos da América (EUA). Nesse país, o número de indígenas já foi estimado em cerca de 15 milhões e com aproximadamente dois mil idiomas falados. No século XIX, sabe-se que houve muitas guerras iniciadas pelos colonizadores que queriam expandir ou formar o Estado-nação, as chamadas “guerras indígenas”.

O genocídio dos indígenas foi uma ação controlada e motivada pelo governo americano, cujo alvo era o crescimento industrial e econômico, para o que era preciso que a terra estivesse desocupada. Os setores que ansiavam por lucros apoiavam as políticas de expansão, e, para que isso acontecesse e o espaço pudesse ser ocupado por estabelecimentos ligados ao comércio, era preciso afastar os indígenas de algumas regiões estratégicas, de que resultaria o extermínio de muitos deles (DUNBAR-ORTIZ, 2014).

A terra sempre foi um motivo de luta quando se trata de mantê-la como interesse primordial dos povos indígenas. Trazemos o eco da voz do indígena, neste trabalho do representante e líder Cacique Seattle, com o intuito de (de)marcar sua voz política por meio de seu discurso, visto que temos pesquisas de que esses sujeitos têm sido mantidos à margem no mundo moderno (GUERRA, 2010).

A Carta do Cacique Seattle relata a luta pela terra, instaurando uma realidade discursiva; e, como assumimos que o sujeito é um ser discursivo, criado ele mesmo pela língua(gem), buscamos, nas falhas, apagamentos e silenciamentos, uma forma de desvendar, por meio da Carta, como o indígena constrói discursivamente sua própria existência. Para isso, concebemos a Carta do Cacique Seattle como monumento: ao falar de sua história, o sujeito indígena se inscreve para falar sobre si e sua história de vida e deixa rastros de outros fatos ocorridos numa sociedade particular ou várias; herança que nos aproxima do passado e aponta o futuro.

Foucault (2014a) postula uma crítica sobre o documento para inaugurar, mediante reflexão, uma Nova História:

Em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (p. 8-9) (Grifos do autor)

Assim, lançamos mão de gestos de interpretação do relato da história do Cacique Seattle e de seu povo que nos leva a apreender a Carta como um monumento capaz de ser construído como fragmentos de uma história.

UM BREVE OLHAR DISCURSIVO-DESCONSTRUTIVISTA DA CARTA DO CACIQUE SEATTLE

Por meio da Carta, problematizamos as representações de terra para o indígena, bem como as marcas que o (O)utro deixa no indígena, atravessando-o; por meio da linguagem, as marcas emergem, uma vez que elas não podem ser apagadas. Assim, trazemos um excerto que recortamos da Carta. Vejamos o trecho que nós intitulamos de CS1. Leiamos:

CS1 - O presidente em Washington **manda dizer que ele deseja comprar a nossa terra**. [...] Mas como alguém pode comprar ou vender o céu? a terra? A ideia é estranha para **nós**. Se **nós** não **somos** os donos do ar fresco e do brilho das águas, como alguém pode comprá-los? (Tradução e grifos nossos)
[The President in Washington sends word that he wishes to buy our land. [...] But how can you buy or sell the sky? the land? The idea is strange to us. If we do not own the freshness of the air and the sparkle of the water, how can you buy them?]

Ao iniciar o seu discurso, CS1 demarca, indica, a voz do presidente, por meio de um verbo factivo: “manda” (*sends*). De acordo com Neves (2011), em sua *Gramática de usos do português*, os verbos que constituem predicados, neste caso “manda dizer” (*sends a word*), exprimem uma ação em que outro participante é afetado (ou não). Neste caso, a resposta de indignação de CS1 foi motivada pela situação que o Presidente dos EUA criou ao propor a venda da terra que o povo indígena possuía.

Em uma negociação constante entre sua cultura e a do outro, o sujeito deixa resvalar, em seu dizer, memórias de um passado de respeito à natureza e constitui-se pelo desejo de completude, de unidade, que será sempre uma promessa adiada de retornar “sob a forma de uma consciência histórica - se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada” (FOUCAULT, 2014a, p. 15).

No decorrer dos tempos, todas as práticas de significação (desmatamento para plantio, industrialização, consumismo desenfreado, implantação de grandes projetos por parte do Estado), no que tange à relação homem/natureza, se deram conflituosamente, envolvendo sempre relações de poder, já que operam sempre entre a inclusão e a exclusão. “Porque a exclusão e a inclusão são inseparáveis no mesmo momento; cada vez que se queira dizer ‘neste mesmo momento’, existe antinomia” (DERRIDA, 2003, p. 73).

Especificamente, no que se refere a CS1, a cultura indígena (com)forma a identidade “nossa terra” ao dar sentido à sua experiência como indígena e ao tornar possível ao sujeito um modo específico de subjetividade. Assim, situado no espaço fronteiro entre sua cultura e a do outro, CS1 denuncia no fio discursivo: *A ideia é estranha para nós*. As condições em que seu discurso é produzido, em meio ao poder exercido pela sociedade envolvente (materializado em “manda dizer”), representada pelo chefe do poder norte-americano (que “pode” mandar), o Presidente, vem manifestar, a seu modo, resistência, ao questionar o sentido de terra para o “homem branco” e para o povo indígena.

Nesse processo discursivo, o sujeito, ao falar de si, ora alarga suas fronteiras ao incluir-se em um *nós (nossa terra)* que representa seu povo, seus valores, aqueles que possuem traços comuns aos seus; ora produz um efeito de distanciamento em seu dizer: ao enunciar *como é possível comprar ou vender o céu? a terra?*, em relação ao outro que o perturba, fere, exhibe sua própria fragilidade, ao se colocar em um lugar de submissão (colonizador x colonizado); logo, denuncia os entre-lugares em que CS1 está inserido.

Ao recorrer aos modelos tradicionais indígenas de convivência com o meio ambiente, CS1 marca o encontro de memórias do passado com suas condições atuais de existência em face de transformações sociais, econômicas e culturais que o afetam diretamente, oferecendo-se uma resistência aos modelos de desenvolvimento priorizados pelo “homem

branco”. Em meio ao seu dizer, representa um fazer/viver diferenciado, que envolve atividades produtivas, bastante diferentes daquelas professadas pelo “homem branco”: para CS1, a terra indígena é fonte de consumo próprio e não vem ligada à comercialização e geração de renda. Trata-se de um saber-poder ligado aos saberes tradicionais das populações indígenas de modo geral e, de modo específico, aos saberes mobilizados na/pela memória discursiva de CS1. E CS1 pertence à etnia indígena Duwamish (*Se nós não somos os donos do ar fresco e do brilho das águas, como alguém pode comprá-los?*), considerada no espaço norte-americano como uma das etnias que mais dominam/priorizam os valores tradicionais das comunidades indígenas em oposição ao “homem branco”, aquele que desvaloriza, estigmatiza e domina.

Identities em conflito emergem nesse embate – legitimadora/resistência – de modo que as identidades, que são construídas pela cultura, são contestadas sob particulares modos nos dias atuais. Muito mais do que uma oposição aos modelos de desenvolvimento preconizados pela sociedade hegemônica, a questão crucial a ser discutida é a existência de um discurso em que o meio ambiente, as formas tradicionais de convivência com a natureza, a inversão desse modelo pela ótica capitalista e o desejo de certa completude estão inter-relacionados, sendo impossível ao sujeito puxar um fio sem deslindar outros.

Trata-se de relações de força entre instâncias divergentes – comunidade indígena/branco; Terra-Mãe/Terra-Nação; propriedade privada/propriedade coletiva; políticos/indígenas – que “através de lutas e afrontamento incessantes” as transformam, reforçam, invertem (FOUCAULT, 2014b, p.100).

Como efeito de linguagem e perpassado pelo inconsciente, CS1 deixa emergir, via discurso, marcas de sua subjetividade: em *nossa terra, nós não somos*, há marcas de construção desse discurso, que permitem ao sujeito pensar-se como tal, sob a forma de

confissão. Ao falar de si, da história de seu povo, permite maneiras diferentes de experimentar a identidade de indígena, “de mantê-la à distância, de simulá-la, de idolatrá-la, de reconstruí-la, de reinventá-la”. (ECKERT-HOFF, 2008, p. 77). Isso é possível porque o sujeito CS1 se encontra em um movimento agnóstico, isto é, uma arena tensa de reivindicações de identidades, onde os mecanismos discursivos jogam com a alteridade (BHABHA, 2013).

Os enunciados produzidos por CS1 são, portanto, repletos de outros enunciados, afirmando a ação de interdiscursos: o ambiental, *Se nós não somos os donos do ar fresco e do brilho das águas, como alguém pode comprá-los?*, e o da comercialização, que denunciam o espaço discursivo e ideológico em que se movimenta CS1, a partir da FD cultural, em meio às relações instáveis e contraditórias. O sujeito se configura, portanto, a partir de movimentos de repetição ou de rompimento com o discurso-outro, produzindo trilhas de significação que levam a deslocamentos, equívocos, deslizos, filiações e rupturas na cadeia dos sentidos.

No fio discursivo, o enunciado negativo, de modalidade interrogativa e introduzido por um operador aparentemente condicional, mas com fortes efeitos de causalidade, *Se nós não somos os donos do ar fresco e do brilho das águas, como alguém pode comprá-los?*, articula, pela memória discursiva, os maiores desafios do movimento ambiental na contemporaneidade – poluição e degradação –, que perpetuam o ciclo da degradação a um ponto, na maioria das vezes, irreversível, ao afetar todo o ciclo natural desencadeado pela natureza.

Efeito de linguagem, o sujeito retoma palavras alheias na ilusão de que estas lhe pertencem e deixa emanar em seus dizeres redes de filiações já ditas sobre a relação

homem/natureza, acreditando ter o controle absoluto de seu dizer e dos sentidos que este produz.

É nessa região de conflitos e tensões entre seus valores culturais e os do outro que o sujeito deixa escapar, no fio discursivo, fagulhas de hibridização que, nas bordas do hibridismo, onde as diferenças socioculturais se tocam de forma “contingente” e conflituosa, transformam-se em um momento de medo que revela a experiência fronteiriça que constitui o sujeito (BHABHA, 2013).

ALGUMAS BREVES (IN)CONCLUSÕES

Neste artigo, articulado à luz dos estudos de cunho discursivo-desconstrutivista, partimos de discussões que envolvem questões indígenas, concernentes à terra, ao meio ambiente e, especificamente, à identidade. A partir do pensamento capitalista e neoliberal, que coloca o sujeito sócio-histórico numa posição de fixidez e estabilidade, imputando-lhe uma simplicidade que o envolve, ao desconsiderar sua história de vida, fizemos o esforço de nos aproximarmos da história do sujeito para compreender sua luta.

No processo analítico que foi empreendido, examinamos que o “homem branco” concebe a terra como um bem financeiro, como um espaço usado para valorização de bens materiais. Ao contrário, a representação do indígena vê a terra como mãe: ele se vê como filho da mãe provedora. Entrelaçada em sua cultura, a terra lhe fornece o necessário, sem ser preciso usurpá-la, roubá-la ou sobrecarregá-la.

As posições binárias do sujeito cartesiano, o eu e o estranho, o civilizado e o selvagem, o indígena e o “homem branco”, o forte e o fraco, o soberano e o subalterno, o colonizador

e o colonizado, permitem-nos compreender o movimento identitário do eu que é híbrido, complexo e heterogêneo.

Por fim, esperamos que outras pesquisas aconteçam na direção de jogar mais luzes à reflexão que ora produzimos, numa contribuição para a nossa área e para as políticas públicas, que precisam considerar os lugares periféricos e a exclusão social.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana L. de L. R., Gláucia R. G.. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

CORACINI, Maria J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____. “História de vida e pobreza: por uma (intro)dução”. In: CORACINI, Maria J. R. F. (Org.) *Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão*. Campinas: Pontes, 2011, p.17-28.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade*. Trad. de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DUNBAR-ORTIZ, Roxanne. *An Indigenous Peoples' History of the United States*. Boston: Beacon Press, 2014.

ECKERT-HOFF, Beatriz M. *Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERREIRA, Maria C. L. “Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem”. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. Leandro; MITTMANN, Solange (Orgs.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 127-139.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

GREGOLIN, Maria do Rosário V. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luz, 2004.

GUERRA, Vânia M. L. *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro & João, 2010.

_____. “Indígenas e identidade: um olhar discursivo sobre a luta pela terra”. In: ROSA, Andréa Marques; MARQUES, Cíntia Nardo; SOUZA, Claudete Cameschi; DURIGAN, Marlene (Orgs.). *Povos indígenas: reflexões interdisciplinares*. São Carlos: Pedro & João, 2012. p. 43-68.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

MACHADO, João Paulo F. Tinoco. O processo identitário do sujeito indígena: uma análise discursiva da Carta do Cacique Seattle. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. 2016.

MARTINS, Maria S. C. *Entre palavras e coisas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula. “Introdução”. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, LTDA, 2010. p. 9-20.

**Recebido em 03 de maio de 2016.
Aceite em 03 de novembro de 2016.**

Como citar este artigo:

TINOCO, João Paulo Ferreira. A terra indígena e o meio ambiente: um estudo discursivo do movimento identitário do sujeito indígena a partir da carta do Cacique Seattle. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 23, jul-dez 2016. p.518-534. Disponível em: < <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num23/dossie/palimpsesto23dossie04.pdf> >. Acesso em: dd/mm/aaaa. ISSN: 1809-3507.

¹ As obras usadas nesta pesquisa serão referenciadas conforme a ficha catalográfica, respeitando a data de sua impressão e/ou reimpressão